

PORTARIA Nº 311, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025

Nomeia candidatos aprovados em concurso público para o provimento de cargos efetivos do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no exercício de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 8º, inciso I e o art. 9º da Lei Complementar nº 122, de 30 de junho de 1994;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Priorização do Primeiro Grau de Jurisdição e a necessidade de estabelecer instrumentos efetivos de combate às causas dos problemas enfrentados pela primeira instância, nos termos da Resolução nº 194, de 26 de maio de 2014, do Colendo Conselho Nacional de Justiça;

CONSIDERANDO o que dispõe a Resolução nº 219, de 26 de abril de 2016, alterada pelas Resoluções nºs 243/2016, 282/2019, 459/2022 e 553/2024, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõem sobre a distribuição de servidores, de cargos em comissão e de funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus;

CONSIDERANDO a Resolução nº 35, de 26 de novembro de 2018, que regulamenta os critérios de distribuição da força de trabalho dos servidores efetivos cargos em comissão e de funções gratificadas no Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, previstos na Lei Complementar Estadual nº 643, de 21 de dezembro de 2018 e suas alterações;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 5.º, § 3.º das Portarias nºs 845 e 847, de 13 de julho de 2024;

CONSIDERANDO a importância de se garantir que os recursos humanos sejam utilizados equitativamente em todos os segmentos da instituição e com mobilidade suficiente para atender às necessidades temporárias ou excepcionais dos serviços judiciários;

CONSIDERANDO a nomeação de PAMELA VASCONCELOS DE MIRANDA, classificada em 7º lugar na ampla concorrência (AC), para o cargo de OFICIAL DE JUSTIÇA – ÁREA JUDICIÁRIA – DIREITO – MESORREGIÃO – LESTE POTIGUAR, convocada para o 9º lugar na ampla concorrência (AC), por meio da Portaria nº 1.444, de 4 de novembro de 2024 (DJe – Edição disponibilizada em 5/11/2024, Ano de 2024, Edição 472), e o pedido de reposicionamento para o final da fila de classificação, formulado nos autos do processo SIGAJUS nº 04101.103563/2024-66;

CONSIDERANDO a nomeação de LILIAM DA CUNHA RIBEIRO MENDONÇA, classificada em 1º lugar na vaga reservada para PcD para o cargo de OFICIAL DE JUSTIÇA – ÁREA JUDICIÁRIA – DIREITO – MESORREGIÃO – LESTE POTIGUAR, convocada para o 1º lugar na vaga reservada para Pessoa com Deficiência (PcD), por meio da Portaria nº 1.444, de 4 de novembro de 2024 (DJe – Edição disponibilizada em 5/11/2024, Ano de 2024, Edição 472), e o pedido de reposicionamento para o final da fila de classificação, formulado nos autos do processo SIGAJUS nº 04101.104306/2024-84;

CONSIDERANDO a decisão proferida no processo SIGAJUS nº 04101.104306/2024-84, que reposicionou a candidata LILIAM DA CUNHA RIBEIRO MENDONÇA para o final da fila do cargo de OFICIAL DE JUSTIÇA – ÁREA JUDICIÁRIA – DIREITO, na lista geral das vagas reservadas para pessoa com deficiência (PcD), em razão da inexistência de outros candidatos aprovados nessa condição na referida Mesorregião, em conformidade com o disposto nos itens 12.3.1 e 17.9 do Edital nº 01/2023 e na Lei Federal nº 13.146/2015;

CONSIDERANDO o que consta no Processo SIGAJUS nº 04101.007626/2025-74, no qual a Presidência determinou a adoção das medidas cabíveis para a convocação dos candidatos classificados subsequentemente àqueles nomeados que não assumiram seus respectivos cargos, seja por solicitação de reposicionamento para o final da fila, seja por desistência da nomeação;

CONSIDERANDO, por fim, a Resolução nº 6, de 5 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre o preenchimento de vagas reservadas nos termos da Resolução do CNJ nº 203/2015 decorrentes de vacância de cargo ocupado por servidor oriundo da lista reservada durante o prazo de validade do concurso,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação de LILIAM DA CUNHA RIBEIRO MENDONÇA, constante no Anexo I da Portaria nº 1.444, de 4 de novembro de 2024, republicada no Diário de Justiça Eletrônico de 5 de novembro de 2024, referente a vaga destinada a pessoa com deficiência (PcD) para o cargo de OFICIAL DE JUSTIÇA – ÁREA JUDICIÁRIA – DIREITO – MESORREGIÃO – LESTE POTIGUAR, integrante do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, em razão de solicitação da candidata para reposicionamento no final da fila de classificação.

Art. 2º Tornar sem efeito a nomeação de PAMELA VASCONCELOS DE MIRANDA, constante no Anexo I da Portaria nº 1.444, de 4 de novembro de 2024, republicada no Diário de Justiça Eletrônico de 5 de novembro de 2024, referente à vaga de ampla concorrência (AC) para o cargo de OFICIAL DE JUSTIÇA – ÁREA JUDICIÁRIA – DIREITO – MESORREGIÃO – LESTE POTIGUAR, integrante do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, em razão de solicitação da candidata para reposicionamento no final da fila de classificação.

Art. 3º Nomear os candidatos aprovados no concurso público para provimento de cargos efetivos do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte, constantes do Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. Em razão da nomeação do candidato constante do Anexo I na vaga reservada a PcD na Mesorregião Leste Potiguar, observando-se o disposto no item 12.3.1 do Edital nº 01/2023 e na Lei Federal nº 13.146/2015, ficam reposicionados os candidatos nomeados pela Portaria nº 1.444, de 4 de novembro de 2024, para o cargo de OFICIAL DE JUSTIÇA – ÁREA JUDICIÁRIA – DIREITO – MESORREGIÃO – LESTE POTIGUAR nos termos do Anexo II.

Art. 4º Os candidatos nomeados no Anexo I desta Portaria ficam convocados para apresentarem os exames médicos e os documentos relacionados nos Anexos III e IV, respectivamente, a partir da publicação desta portaria até o dia 6 de março de 2025, cinco dias úteis antes da data da posse coletiva.

§ 1º A realização dos exames médicos de que trata o *caput* deste artigo ocorrerá às expensas dos nomeados, assim como os deslocamentos.

§ 2º Os exames médicos deverão ser encaminhados via sistema Novo Servidor, disponível no *site* do Tribunal no seguinte endereço: <https://novoservidor.tjrn.jus.br/f/login.xhtml>, devendo ser acessado com *login* (CPF do candidato) e senha disponibilizada pelo Tribunal, que será enviada para o e-mail informado à Fundação Getúlio Vargas, quando da inscrição no concurso público, ou o informado ao Tribunal, exclusivamente, pelo e-mail dadosconcurso@tjrn.jus.br.

§ 3º Não havendo pendências nos exames apresentados, o candidato nomeado receberá e-mail para comparecer à junta médica do Tribunal para avaliação, com horário previamente agendado.

§ 4º Somente após o candidato ser declarado apto pela Junta Médica deste Tribunal, o sistema Novo Servidor liberará o acesso para que o nomeado junte os documentos necessários ao ingresso no cargo efetivo.

§ 5º Encaminhados os documentos de que trata o § 4º deste artigo, o candidato deverá comparecer ao Tribunal com os documentos originais para conferência pelo Departamento de Recursos Humanos (DRH), localizado no 9º andar do Prédio do Tribunal de Justiça, no horário das 8h às 18h.

Art. 5º A posse dos candidatos nomeados neste ato será realizada no dia 13 de março de 2025, às 9h30, no Tribunal Pleno, localizado no 1º andar do Prédio do Tribunal de Justiça, na Avenida Jerônimo Câmara 2000, Bairro Nossa Senhora de Nazaré, na cidade de Natal-RN.

Parágrafo único. O efetivo exercício dos novos servidores se dará no mesmo dia da posse, exceto se houver solicitação de prorrogação do início do exercício pelo nomeado.

Art. 6º Os candidatos nomeados ficam convocados para participarem de audiência para a escolha do local de lotação, por ordem de classificação, que ocorrerá no dia 13 de março de 2025, a partir das 10h, no Tribunal Pleno, conforme cronograma estabelecido no Anexo V desta Portaria.

§ 1º A escolha do local de lotação pelo candidato tem caráter irretratável, devendo ser consignada em ata, fazendo parte integrante a gravação da audiência.

§ 2º A não participação do candidato nomeado na audiência de escolha do local de lotação implicará na perda do direito de escolha, independentemente da sua classificação.

§ 3º A audiência para a escolha do local de lotação é restrita aos convocados.

Art. 7º Os candidatos que desejarem solicitar prorrogação da data da posse deverão utilizar os formulários disponíveis no site do Tribunal e encaminhá-lo por e-mail para o seguinte endereço: concursoprrogaposse@tjrn.jus.br.

Art. 8º Os candidatos que desejarem solicitar final de fila classificatória deverão utilizar os formulários disponíveis no site do Tribunal e encaminhá-lo por e-mail para o seguinte endereço: concursofinaldefila@tjrn.jus.br.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Desembargador Ibanez Monteiro
Presidente

ANEXO I DA PORTARIA N° 311, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025

OFICIAL DE JUSTIÇA – ÁREA JUDICIÁRIA – DIREITO – MESORREGIÃO – LESTE POTIGUAR

	INSC	NOME	CLASS.	CADASTRO	
5	447003634	GUILHERME MORO DOS SANTOS LIMA (*)	26º	1º	PCD
9	440006472	MARIA EMÍLIA FREITAS DIÓGENES	8º		AC

* O candidato da Mesorregião Central Potiguar foi convocado em atendimento do item 12.3.1 do Edital n° 01/2023 do Concurso Público para provimento dos cargos de Analista Judiciário e Oficial de Justiça do Quadro de Pessoal do TJRN, que trata de convocação de candidatos de vagas reservadas.

ANEXO II DA PORTARIA N° 311, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025

Reposicionamento dos candidatos nomeados pela Portaria n° 1.444, de 4 de novembro de 2024.

	INSC	NOME	CLASS.	CADASTRO	
2	440001474	RENATA GRAZIELLE FERRÃO MARQUES (SUB JUDICE 0835022-52.2024.8.20.5001)	2º		AC
3	440006291	MICHELLE BEZERRA DE MEDEIROS	22º	1º	PPP
4	440021754	JÉSSICA LOUISE BEZERRA VARELA (SUB JUDICE 0800578-24.2024.8.20.9000)	3º		AC
5	440004287	GUILHERME MORO DOS SANTOS LIMA (**)	26º	1º	PCD
6	440014350	VINICIUS FLORIPPO CHAFFIN VIEIRA (SUB JUDICE 0834735-89.2024.8.20.5001)	4º		AC
7	440020971	MARCELO NOBRE DA COSTA	6º		AC
8	440015771	GABRIEL ROMUALDO SANTOS	23º	2º	PPP

** Servidor da Mesorregião Central Potiguar reposicionado em atendimento ao item 12.3.1 do Edital n° 01/2023.

ANEXO III DA PORTARIA N° 311, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025

LISTA DE DOCUMENTOS (Anexar em PDF no Sistema e trazer os originais)

1. Cadastro de Pessoa Física - CPF
2. Documento de Identidade (RG ou CNH)
3. Comprovante de Residência emitido nos últimos 90 dias
4. Título Eleitoral
5. Comprovante de Escolaridade (De acordo com o cargo que vai assumir)
6. Documento bancário que conste o nome do titular da conta, número da agência e da conta Corrente (extrato, Cartão da conta, etc.)
7. Carteira Nacional de Habilitação (se for habilitado)
8. Número do PIS/PASEP/NIS/NIT
9. Identidade/Certidão de Nascimento e CPF do(s) dependente(s)

Apenas para pessoas do sexo masculino (Com idade entre 18 a 45 anos)

- Certidão de Alistamento Militar/Certificado de Dispensa de Incorporação – CDI ou Reservista

Se for Solteiro(a)

- Certidão de Nascimento

Se for Casado(a)

- Certidão de Casamento e Identidade e CPF do cônjuge

Se tiver em União Estável

- Identidade e CPF do(a) companheiro(a)

CERTIDÕES NEGATIVAS PARA ADMISSÃO - CARGOS EFETIVOS

1– ANTECEDENTES CRIMINAIS

JUSTIÇA FEDERAL (www.jfrn.jus.br)

Ações Criminais

Link: <https://certidoes.trf5.jus.br/certidoes2022/>

JUSTIÇA ESTADUAL/DISTRITAL (www.tjrn.jus.br) - Site do Tribunal de Justiça do Estado em que tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

1º Grau - Criminal (Justiça Comum) e Juizado Especial Criminal

2º Grau - Criminal

Link TJRN: <https://apps.tjrn.jus.br/certidoes/f/public/index.xhtml>

JUSTIÇA MILITAR (www.stm.jus.br)

Certidão Negativa de Ações Criminais no âmbito da Justiça Militar da União

Link: <https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa>

POLÍCIA FEDERAL – (www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais)

Antecedentes Criminais

Link: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais>

2– CERTIDÕES ELEITORAIS - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (www.tse.jus.br)

Quitação Eleitoral

Link: <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>

Crimes Eleitorais

Link: <http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais>

3– TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – TCE/RN (www.tce.rn.gov.br)

Certidão Negativa de Débitos e Contas Julgadas Irregulares

Link: <http://www.tce.rn.gov.br/Certidao/CertidaoNadaConsta>

4– CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ – (www.cnj.jus.br)

Certidão do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa.

Link: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

5– CERTIDÃO DO CONSELHO OU ÓRGÃO PROFISSIONAL COMPETENTE, constando a informação de que não foi excluído do exercício da profissão;

6– CERTIDÃO DOS ENTES PÚBLICOS EM QUE TENHA TRABALHADO NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS, constando a informação de que não foi demitido ou exonerado a bem do serviço público.

7– ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - Se for inscrito na OAB, apresentar certidão da respectiva Seccional, constando que a referida inscrição consta como CANCELADA.

ANEXO IV DA PORTARIA N° 311, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO

- Hemograma completo
- Glicemia jejum
- Hemoglobina glicada
- Creatinina sérica
- Colesterol total
- Triglicerídeos
- TGO (AST)
- TGP (ALT)
- Urina tipo 1 (Elementos anormais e sedimentoscopia - EAS)
- Atestado de sanidade mental (Emitido por médico com especialidade em Psiquiatria)

Masculino:

- Radiografia do tórax (PA e Perfil) (Com laudo emitido por médico com RQE em radiologia registrado no CRM).
- PSA total (Para homens a partir dos 40 anos)

Feminino:

- Mamografia
(Para mulheres de 35 a 39 anos, exigido 01 (um) exame no período).
(Para mulheres a partir dos 40 anos, exigido 01 (um) exame anualmente).

Se estiver gestante: Isenção de exame de radiologia

Se não estiver gestante: Radiografia do tórax (PA e Perfil) (Com laudo emitido por médico com RQE em radiologia, registrado no CRM, exceto para mulheres que comprovem gravidez no momento do exame admissional).

ATENÇÃO: Se for PCD, deverá trazer o laudo que comprove a condição no dia que for passar pela Junta Médica do TJRN.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

- Pedimos que confira o Registro de Qualificação de Especialista (RQE) nos laudos emitidos, ou seja, o médico deve ter registro na especialidade solicitada;
- O RQE geralmente é visualizado no carimbo médico;
- Você também pode entrar em contato com a clínica para tal informação ou conferir pesquisando no site do "CFM" busca médicos;
- Não é obrigatório ter o RQE no carimbo, mas independente do carimbo, o médico precisa ser registrado no CFM na especialidade solicitada;
- Confira se há data nos laudos (Os laudos necessariamente precisam estar datados);
- Validade de exames e laudos: 90 dias;
- No dia que o nomeado se apresentar ao exame admissional na Divisão de Perícia Médica os exames e laudos tem que estar com no máximo 90 dias de emissão.

ANEXO V DA PORTARIA N° 311, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2025

CRONOGRAMA DE AUDIÊNCIA DE ESCOLHAS - DIA 13/3/2025				
LOCAL: PLENO DO TJRN				
APÓS AS ENTREGAS DE DOCUMENTOS				
MESORREGIÃO	CARGO	TOTAL DE SERVIDOR	VAGAS PARA LOTAÇÃO COMARCAS	HORA
LESTE POTIGUAR	OFICIAL DE JUSTIÇA	2	- 1 VAGA – COMARCA DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - CENTRAL DE CUMPRIMENTOS DE MANDADOS - 1 VAGA – COMARCA DE TOUROS - CENTRAL DE CUMPRIMENTOS DE MANDADOS	10h
	TOTAL	2		